

A pandemia, o Estado e o nosso SNS

Perante uma pandemia que bem evidencia o insubstituível papel da saúde pública e dos seus profissionais, é tempo de conceber estratégias para proteger a acção do Estado de duas derivas: a dos interesses privados e a dos interesses individuais.

ISABEL DO CARMO *

A pandemia da COVID-19 recoloca problemas políticos que não são novos, como a questão do Estado e do seu papel, mas também num sentido estrito questões de táctica política nas circunstâncias portuguesas. E convoca ainda o significado mais amplo destas ocorrências biológicas na vida da humanidade.

Aqueles que contestam o papel do Estado, tanto à direita como à esquerda, terão de se colocar em dúvida quanto ao seu papel. E cada um de nós também terá de colocar a questão, para uma discussão ampla sobre o assunto. O Estado social assente em serviços universais e gratuitos foi construído na sequência do 25 de Abril. Na saúde, foi inspirado pelo anterior movimento das carreiras médicas e estabeleceu-se informalmente até à Lei do Serviço Nacional de Saúde (SNS) de 1978. A partir daí a estrutura do SNS tem-se mantido, mas foi fortemente abalada pelo longo intervalo cavaquista e pela Lei de Bases de 1993. Desde a década de 80 que este pensamento defende que as funções do Estado devem restringir-se à Justiça e à Segurança. Tudo o resto deve ser entregue às leis do mercado, à concorrência e à iniciativa individual. Os que não conseguirem subir na escala social, os mais fracos, os mais desprotegidos, segundo as palavras que usam habitualmente, devem ser acudidos por solidariedade mais ou menos organizada. Entendem que a pobreza se combate com mais riqueza, aprofundando as desigualdades.

A Lei de Bases da Saúde de 1993 estabeleceu a concorrência na lei, e de facto, entre os serviços públicos e privados. Estes últimos têm sido sustentados pela venda de actos clínicos à ADSE e ao SNS. Concorrência de facto não tem existido, porque não há em Portugal suficiente classe rica que possa sustentar os

privados, nem há seguros cujo nível de *plafond* contribua para isso.

Foi neste contexto de progressiva corrosão neoliberal do Estado social e do SNS que caiu em cima de todos uma pandemia que exige medidas articuladas e estruturadas. Para lhes dar resposta tem de existir um SNS previamente estruturado e experiente, imediato, com base e com topo. Gratuito e universal, porque construído com base num Orçamento do Estado e impostos que devem ser progressivos. O mercado, a concorrência, apenas servem para explorar a situação, aumentando os preços do material necessário para os cuidados de desinfeção e preservação.

Qual seria a solução sem Estado social? É interessante verificar que algum discurso da direita liberal em relação à intervenção do Estado na Saúde coincide com idêntico discurso de uma certa esquerda. Quando se iniciou o movimento contra o consumo do tabaco, os industriais deste produto ergueram grandes estruturas de propaganda, não constituídas apenas por cartazes, mas sobretudo por textos teóricos, verdadeiramente intelectuais sobre o assunto. Durante anos os epidemiologistas mostraram a associação do cancro do pulmão ao consumo do tabaco. Mas foi necessária a prova em laboratório para que se concluísse pela acção directa e pela necessidade do movimento. Aqueles que em Portugal integraram esta luta na Direcção-Geral da Saúde (DGS) têm muitas histórias para contar em relação ao confronto com a indústria. Nessa altura os teóricos anti-Estado defendiam a liberdade do cidadão de fumar, ou não, porque o corpo era dele.

Organizou-se a defesa da liberdade individual de escolha, chamando ao Estado «ama-seca» e acusando-o de funcionar como

agente de polícia biológica. Quanto ao uso de preservativo nos actos sexuais, os pensadores anti-Estado entenderam que cada um usa os seus órgãos genitais como quer! Certo, mas há que considerar que a maior parte das vezes existe outra pessoa, e a sua eventual ignorância ou servidão. Mais uma vez se levantaram as vozes anti-Estado a respeito das taxas sobre produtos açucarados, que não fariam falta a ninguém. Também aí ouvimos os movimentos contra «as taxas e taxinhas» em nome da responsabilidade individual e das famílias. O discurso é sempre o mesmo e desta vez os confrontos com a agro-indústria seguiram o guião do tabaco. Felizmente alguma indústria adaptou-se e criou produtos sem açúcar.

É extraordinário que, em época de pandemia, quando é a vida das pessoas que está em causa de forma generalizada, haja intelectuais, que deviam ter responsabilidade, a protestar contra o controlo do Estado e a polícia biológica. É cair no individualismo mais perigoso. Porque não há escolhas individuais possíveis se não as da defesa da comunidade, que contém todos os cidadãos, os fracos e os fortes, aqueles de que gostamos e os outros, os que são criativos e os que não são. Temos de defender a comunidade porque os seres humanos só sobrevivem nessa condição. Aqui não há relativismos. É o amor em tempo de vírus.

De facto trata-se de uma guerra biológica contra um inimigo invisível e sem fronteiras. Tem de haver um comando, um gabinete de crise, como têm sido a DGS, o Ministério da Saúde e o primeiro-ministro. Transmitem recomendações à comunidade e esta deve segui-las, pois detêm conhecimentos científicos e experiência. Devem ser técnicos a ler a bibliografia científica que está a ser publicada e a transformar em linguagem acessível os seus conteúdos e as próprias dúvidas que encerram. As recomendações atempadas podem permitir uma melhor gestão da situação, porque a quarentena (designação iniciada durante a peste do século XIV em Veneza), que entre nós é catorzena, o isolamento, a preservação de espaço individual e outros cuidados são a frente de batalha.

Em segunda linha estão os hospitais pú-

blicos e os cuidados primários. Os seus profissionais têm dado exemplo de responsabilidade e abnegação. A defesa do SNS passa pelo seu reforço ou mesmo transformação, em certos aspectos, mas não é altura de colocar essas questões. É aqui que surge o tal problema da tática e da estratégia. A estratégia é conseguir o melhor SNS possível para os cidadãos. A tática depende das circunstâncias e do tempo para as críticas que têm de ser feitas. Os amigos do SNS não podem confundir as suas críticas com as dos que são tão grandes «amigos» que não param de o denegrir, a bem do desvio para os privados. De novo esses «amigos» levantam a cabeça, com mais cuidado e boas palavras, mas com o risco de lançarem alarme ou mesmo pânico. E estes não fazem bem à saúde. Desmoralizam e, pode dizer-se cientificamente, diminuem a imunidade.

De facto o SNS precisa de ser orçamentado de outra maneira, de alargar o poder e a acção dos cuidados primários, de aumentar e rentabilizar os seus equipamentos para não ter de comprar serviços ao exterior; tem de impedir a usurpação dos jovens especialistas pelos privados, o que só se consegue com outras compensações materiais. Tudo isso tem de ser uma discussão pós-pandemia. Agora é hora de convergência de esforços e vontades para superar as deficiências herdadas durante anos, nomeadamente a perda de milhares de camas hospitalares e de jovens especialistas, que neste momento estão nos hospitais privados e não estão nos serviços de urgências públicos. Teremos tempo para demonstrar as consequências da mercantilização da saúde.

É no entanto tempo para mostrar a inoperância de uma União Europeia que apenas serve para regular os mercados. Não tem instrumentos próprios para apoiar o combate a esta pandemia no terreno. E terá instrumentos para regular os preços dos materiais e medicamentos necessários? Parece que não.

Em termos de regulação é também altura para pedir que seja transparente a «oferta» dos hospitais privados em termos de camas e ventiladores. Qual é o preço? Há que realçar que põem à cabeça a hipótese de receber «os outros doentes» para dar espaço aos

hospitais públicos para receberem os contaminados. Qual é o negócio? Não sabemos, mas esses números têm de ser públicos. E qual foi a inflação dos preços dos fornecedores em relação a dispositivos médicos para a defesa nacional? Máscaras, por exemplo. Supondo que exista, o Estado e a Entidade Reguladora da Saúde têm de actuar.

Este vírus, que atravessa os países muito mais depressa do que os refugiados de guerra e os emigrantes económicos, vem também demonstrar a urgência da protecção da vida independentemente das fronteiras e da nacionalidade.

Ficará também para depois a reflexão sobre a epidemia em si. Não só não vivemos sozinhos no planeta, como a «Natureza» não é humanocêntrica, não é construída para benefício do ser humano. Os vírus são a partícula viva, e portanto com capacidade de se re-

produzir, mais simples que há, e estavam cá muito antes de nós. Nem tudo o que é natural é bom para o ser humano. Este, o SARS-CoV-2, tem criado alguns instrumentos para se defender e sobreviver. Aumentou a esperança de vida. Outros podem levar à extinção da vida humana na Terra. O que é que isso significa na imensidão do Universo? Não sabemos. Sabemos que significa muito para a consciência humana, para o seu sofrimento ou a sua felicidade. O ser humano irá criar mais instrumentos de sobrevivência. Por exemplo, os anti-coronavírus-19 em que já alguns investigadores estão a trabalhar. Para ganharem dinheiro? Será. Mas sobretudo por paixão. Ao contrário do que dizia Thatcher, a «sociedade» afinal existe. ■

Médica, professora da Faculdade de Medicina de Lisboa, associada da Associação de Médicos em Defesa da Saúde (AMDS).